

Crivella traz de volta a censura na Bienal do Rio

Como entidade representativa dos profissionais de educação há 42 anos na luta pelos direitos à educação pública de qualidade e pela democracia em nosso país, o Sepe não poderia deixar de expressar o seu repúdio contra a atitude do prefeito Marcelo Crivella, no final da semana passada e durante o sábado e domingo, de censurar uma publicação em exposição na XIX Bienal do Livro no Riocentro e de tentar via Justiça recolher livros com temática LGBT na exposição. A atitude de Crivella se junta a uma série de outras ações e tentativas



Imagem alvo da tentativa de censura do Prefeito, extraída de publicação em quadrinhos da Marvel Comics

de governos, como o federal e o estadual do Rio de Janeiro que não tem compromisso com a democracia de tentar calar a opinião e ações de grupos ligados aos direitos de negros, grupos de defesa dos direitos LGBTI e de direitos humanos.

As tentativas frustradas de Crivella tiveram resposta imediata da sociedade, dos grupos ligados à defesa das minorias, da Justiça e da direção da Bienal do Livro, que condenaram o envio de fiscais e guardas municipais para recolherem livros da exposição.

Em 2017 Crivella já censurou o “Queermuseu”

Não é a primeira vez que o prefeito do Rio de Janeiro, ao invés de cuidar dos muitos problemas enfrentados pela cidade e que saltam aos olhos de qualquer carioca, toma atitudes autoritárias como esta. Em 2017, primeiro ano da sua gestão, Crivella fez campanha pública contra a instalação da exposição “Queermuseu”, que estava sendo realizada no Museu de Arte do Rio (MAR). O prefeito segue os passos do presidente Jair Bolsonaro, outro governante que ataca os direitos LGBTs e de outras minorias desde a campanha eleitoral e, na última semana, suspendeu um edital para séries LGBTs que seriam produzidas pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Bolsonaro se notabilizou nas mídias e eventos no Palácio do Planalto por suas frases homofóbicas e apoio à medidas que vão contra os direitos da população em geral e dos LGBTs em particular.

Como profissionais de educação, não podemos admitir que governos autoritários, com nítidas intenções eleitorais, cometam atos para agradar o seu eleitorado conservador e ajam contra os direitos do restante da população trazendo de volta a censura para um país que, durante muitas décadas viveu sob o jugo de uma ditadura militar feroz, que perseguiu minorias e coibiu de maneira selvagem o direito à livre expressão.

Violência e educação: não existe combinação

Quase todos os dias, moradores, profissionais e alunos sofrem com tiroteios dentro das comunidades localizadas em áreas de risco. Isto faz com todos vivam assustados e amedrontados. O sentimento desses profissionais é o de que trabalham em meio a uma verdadeira guerra civil. Segundo os dados da plataforma Fogo Cruzado, a cidade do Rio de Janeiro teve 376 tiroteios, uma média de 12 casos por dia. Os locais onde mais ocorreram estes confrontos foram: Complexo do Alemão, Vila Kennedy e Cidade de Deus.

O projeto do governador Wilson Witzel é intensificar esses confrontos, pois sua política tem por objetivo criminalizar a população pobre e negra! A prefeitura ao invés de pressionar para que esses

confrontos não aconteçam, criou um protocolo de segurança que é no mínimo questionável! O chamado “Acesso mais Seguro” joga a responsabilidade nas costas dos trabalhadores da educação sobre como agir na ocorrência de confrontos.

Trabalhadores da educação fizeram concurso para a educação e não para segurança pública! Trata-se de mais um descaso e despreparo da Secretaria Municipal de Educação de Crivella. É necessário que a Prefeitura do Rio de Janeiro tenha consciência que é de total responsabilidade dela a integridade física dos alunos e dos profissionais que, na sua maioria, são mulheres. Desta forma, em momentos de confronto a unidade deve ser fechada para garantir a vida das crianças e profissionais.



Protocolação realizado na Prefeitura no dia 13 de agosto, data da Greve Nacional da Educação/Arquivo Sepe

Organizar a resistência contra os ataques aos nossos direitos

Num momento em que a rede enfrenta uma série de ataques do prefeito Marcelo Crivella, inclusive a ameaça de não concessão de reajuste salarial neste ano de 2019, é importante que a categoria siga mobilizando e debatendo as estratégias de luta contra as péssimas condições de trabalho e a falta de valorização profissional.

Outra questão importante é a luta da categoria contra a reforma da previdência, que já foi aprovada na Câmara de Deputados em primeiro turno e, agora, se encontra no Senado para ser levada à plenário.

Após oito meses de governo Bolsonaro não existe nenhuma dúvida sobre os retrocessos que o país vem sofrendo. A meta de redução drástica do déficit fiscal apresentada pelo governo significa o desmonte de todos os serviços públicos e a retirada de direitos da classe trabalhadora.

Em assembleias anteriores, a categoria decidiu participar de todos os movimentos das centrais de trabalhadores contra a reforma e é importante ficar atento ao calendário geral dos trabalhadores contra a destruição da nossa aposentadoria e da educação pública.

Funcionários realizam protocolo

No dia 13 de agosto, dia da Greve Nacional da Educação, funcionários e professores da rede municipal do Rio de Janeiro realizaram um ato/protocolação (foto) na porta da prefeitura e exigiram que o prefeito cumpra:

- A lei que garante 1/3 de planejamento extraclasse para todos os professores; o pagamento retroativo da adequação de escolaridade para merendeiras e agentes educadores; inclusão das serventes na lei que garante a adequação; realização do curso para secretários escolares; reconhecimento das Agentes de Educação Infantil no magistério.

O Sepe as manifestantes presentes também denunciaram as precárias condições de trabalho de toda a rede. Foi ressaltada a questão da formação para agentes de apoio à Educação Especial e a dificuldade dos profissionais desenvolverem um trabalho de qualidade com esse segmento educacional.

Marcou presença no ato o professor de História, Jeremie Berthuin, do Sindicato Solidarie da França, que faz parte do movimento dos coletes amarelos, sendo uma das lideranças. O companheiro fez uma saudação durante o ato em apoio à nossa luta no Brasil.

Rede Municipal: a hora é de lutar

Após oito meses de governo Bolsonaro não existe nenhuma dúvida sobre os retrocessos que o país vem passando. O neoliberalismo exacerbado implementado neste período gerou 13 milhões de desempregados no Brasil e a previsão de crescimento do PIB de 0,8%, o que demonstra a ineficácia dessa política. A meta de redução drástica do déficit fiscal apresentada pelo governo significa o desmonte de todos os serviços públicos e a retirada de direitos da classe trabalhadora.

Além disso, o fim das políticas de proteção ambientais gerou a atual devastação da Amazônia através de incêndios provocados pelos grileiros. Os ataques aos direitos das comunidades indígenas, que lutam pela demarcação de suas terras, é constante neste governo, que não respeita a constituição de 1988.

A Reforma da Previdência é o maior ataque aos direitos dos trabalhadores dos últimos anos, que fará a população trabalhar até morrer. Por isso, lutar contra ela continua sendo a nossa prioridade. Essa Reforma da Previdência foi comprada pelo governo que se uniu a um parlamento corrupto e que receberá 2 bilhões de reais em emendas parlamentares, em troca de seus votos favoráveis a essa reforma draconiana. Para isso, houve o corte de 926 milhões que saíram do Ministério da Educação. Como se não bastasse, o MEC fez novos cortes de 5.600 novas bolsas de pesquisa da CAPES.

Os governos federal, estadual e municipal não fazem política para resolver os principais problemas, como os baixos salários dos profissionais da educação; a jornada excessiva de trabalho; o não cumprimento da lei de 1/3 de planejamento; as salas de aulas superlotadas de alunos; a falta de infraestrutura física das escolas; a má qualidade da merenda escolar; a falta de creches; a violência nas escolas.

Segundo o relatório da UNESCO de monitoramento global da educação, publicado no dia 24/10/2017: "(...) A responsabilização desproporcional sobre os professores quando se refere a problemas educacionais pode ter sérios efeitos colaterais negativos, além de ampliar as desigualdades e prejudicar a aprendizagem (...)". Ou seja, os estudos sobre os problemas na área da educação caminham no sentido oposto a preocupação do novo ministro da educação, que responsabiliza os professores pelos problemas educacionais no Brasil.

Neste momento, percebemos que realmente estamos diante de um retrocesso sem precedentes na educação brasileira. O objetivo deste governo é disciplinar os alunos a obedecer, sem criticidade e sem reflexão teórica. Cabe aos sindicatos conscientizar, agitar, organizar e mobilizar a categoria contra as reformas neoliberais.

Precisamos construir uma ampla unidade entre os diversos setores da classe trabalhadora, grêmios e comunidade escolar, para garantir o direito aos alunos de escolas públicas ao ensino de qualidade. Seguiremos acreditando que só a luta organizada nas ruas mudará nossas vidas.

A quem interessa o sábado carioca?

Em agosto, as escolas públicas municipais do Rio de Janeiro foram surpreendidas com um vídeo do prefeito Marcelo Crivella em que o mesmo declarava, em um evento público, de que "todas as escolas da Zona Oeste funcionariam no sábado". Até aquele momento nenhum profissional da educação, nem as direções de escolas haviam sido informados a respeito. Lamentamos que um projeto que deveria ser sério, seja lançado dessa maneira, sem consulta à comunidade escolar, sem a preocupação e a seriedade devidas para sua aplicabilidade, o que demonstra mais uma vez o descompromisso dessa prefeitura com a construção de uma educação pública de qualidade para a população carioca.

Como está a escola?

Quantos de nós ouvimos nas nossas escolas que não tinha dinheiro para a compra de materiais pedagógicos? Quantos de nós já ouvimos do prefeito que não tinha dinheiro para justificar o injustificável:

a ausência de profissionais fundamentais para o bom funcionamento das escolas? Sua escola tem porteiro? Faltam educadores? Têm cozinheiras suficientes ou pouquíssimas para garantir a refeição diariamente de centenas de estudantes? Cadê o cumprimento da lei do 1/3 extra classe para o professor produzir atividades pedagógicas fundamentais para o bom desenvolvimento dos educandos? Como estão as estruturas físicas das escolas?

Quem está cotidianamente nas escolas sabe que as mesmas só funcionam por conta dos esforços sobre-humanos da comunidade escolar. O Sepe tem como princípio a luta por uma educação pública de qualidade. Para isso é necessário investimento, oferecimento de estrutura para os educadores promoverem as atividades. Escola é espaço sério, não deve ser usada como palanque eleitoral. Nossos alunos merecem respeito, merecem uma educação de qualidade.

Ao final de cada encontro, fechamos o tema do próximo com quem está presente, afirmando assim uma construção coletiva e fruto das demandas que surgem no chão das unidades de educação infantil. Você pode acompanhar o núcleo pela página do mesmo no Facebook, anote o endereço aí: @profissionaisdaeducacaoinfantilrio

Núcleo de Estudos de Educação Infantil

Para debater a Educação Infantil da nossa rede, há cinco anos criamos o Núcleo de Estudos de Educação Infantil (NEEI) que se reúne uma vez por mês, geralmente no terceiro sábado do mês de 09h às 13h. Neste ano, já debatemos: Bidocência como possibilidade para garantir 1/3, Reforma da Previdência, O desafio da docência em áreas conflagradas, Iniciação à Leitura e o Desafio da inclusão na Educação Infantil.

#EscolaSemCensura: Denuncie a Lei da Mordaca e a violência nas escolas

Educadores em luta para garantir seus direitos

Somos tantos envolvidos: crianças, responsáveis, Agentes de Educação Infantil, Professoras de Educação Infantil, Professoras II, merendeiras, secretário escolar, servente, agente de educação infantil e agente de apoio à educação especial, ambas com variadas cargas horárias; em algumas unidades Professores de Educação Física e Professores de Sala de Leitura. Além das profissionais terceirizadas nas cozinhas e nos serviços de limpeza. Foi criado recentemente o cargo de PAEI – Professor Adjunto de Educação Infantil, que terá atribuições semelhantes às das PEIS. No entanto, a carga horária será maior e o salário menor, consolidando a exploração dessas profissionais e a fragmentação da Educação Infantil. Será mais uma categoria para se somar à luta por uma educação de qualidade junto com o Sepe.

AEIs ainda não são valorizados pelo governo municipal

As Agentes de Educação Infantil ainda não tiveram o devido reconhecimento pela formação que têm e vivem num embate, sujeitas às ameaças inclusive de exoneração. E o governo precariza a educação, quando não valoriza os profissionais desse segmento educacional.

Temos que lutar para superar a precariedade e exigir que o poder público faça investimentos na primeira infância. Não podemos aceitar convênios e privatizações como as parcerias público-privadas que vêm sendo anunciadas pelo governo Crivella. Porém, ainda não foi apresentado o valor que será investido e como irão funcionar essas unidades privatizadas. São muitos questionamentos ainda sem resposta.

As professoras continuam sem 1/3 de planejamento extraclasse, o Ministério Público já determinou que a lei seja cumprida. Mas a SME afirma que a implantação é um problema de gestão e que as direções devem criar estratégias para garantir o tempo de planejamento. Nosso cargo está quase completando uma década de existência e a prefeitura ainda não entendeu que precisamos planejar para desenvolver um bom trabalho. E que é necessário investimento na nossa formação continuada e também investir nos

recursos didáticos, que são importantíssimos para o desenvolvimento da criança e, portanto, ajudariam a reduzir a evasão escolar.

Profissionais que atuam na EI são capazes de possibilitar o encantamento da criança com o mundo escolar e letrado. Não porque foi decretado aula de iniciação à leitura. Mas por que sabemos acolher as diferenças, respeitar o tempo de cada um e construir o processo de ensino aprendizagem, sabendo que cada sujeito é único e, por isso, tem processo próprio e singular. Então não adianta turmas lotadas ou, por falta de planejamento, pasteurizar atividade.

É preciso que a SME reconheça a importância da educação, garantindo 1/3 extraclasse já para todos! Valorizando os profissionais com plano de carreira unificado, investindo em formação continuada! Realizando concurso para professores e funcionários para que as crianças permaneçam na escola durante o tempo de planejamento. Enfim, garantindo materiais pedagógicos e estruturas físicas para que o processo ensino-aprendizagem ocorra em condições dignas.

Luta pela valorização e reconhecimento não pode parar

Por meio da luta, com panfletos/protocolos/ e discussões organizadas pelo Sepe, merendeiras e agentes educadores tiveram uma vitória com a adequação salarial de acordo com a LDB. Porém, ainda estamos cobrando os retroativos e o sindicato tem recebido várias queixas relacionadas sobre a retirada do decreto 17042/79 e do difícil acesso.

A prefeitura promove uma política de invisibilização de copeiras, serventes e agentes de portaria. Isto torna necessária a continuação da luta para que a adequação destes cargos seja feita imediatamente.

Os secretários escolares sofrem com a falta de curso de capacitação que proporcionaria uma gratificação que dobraria o salário. Em contraponto, a Prefeitura joga nas costas deles um acúmulo de função e mais exploração. Os Agentes de Apoio à Educação Especial trabalham sobrecarregados e o número desses profissionais é mínimo, sendo necessário uma convocação do banco dos concursados.

Por que 1/3 de planejamento é importante?

O professor necessita de um tempo para planejar sua aula e precisa de uma formação continuada para garantir a qualidade do processo ensino/aprendizagem. Além de ter que realizar outras tarefas, como: corrigir e elaborar provas e atividades, o que demanda tempo. A garantia de materiais pedagógicos e espaços adequados também são importantes no processo educativo. Um outro fator importante é que professores com sobrecarga devido à composição inadequada da jornada de trabalho são mais suscetíveis ao adoecimento.

Há mais de uma década da promulgação da lei 11738/2008 não houve um avanço significativo no cumprimento da mesma. Pois o investimento em educação é visto pelo governo como gasto.

Em 03/05/2019: o município solicitou no processo judicial do 1/3 que os autos retornassem ao STJ, pois

sua procuradoria não teria sido intimada pessoalmente da decisão naquela Corte. O juiz de primeira instância negou tal pedido e o município recorreu, conseguindo vitória em seu recurso de Agravo no Tribunal de Justiça/RJ, que lhe concedeu efeito suspensivo. O processo, então, será devolvido ao STJ para tal intimação solicitada, o que permitirá que o Município recorra ao STF.

Muito embora o Tribunal de Justiça, no recurso do Município, tenha garantido que possa haver uma execução provisória, é provável que o processo permaneça aguardando os trâmites de Brasília, o que não temos como precisar quanto tempo levará. Solicitamos, portanto, ainda em março de 2019, em primeira instância, uma audiência "especial" para tentarmos iniciar alguma negociação intermediada pelo Judiciário para cumprimento da decisão.